

No Norte do Rio Grande do Sul, eles utilizam diversas formas de luta para conservar suas terras, tradições e impedir a invasão da cultura branca

# ÍNDIOS CAINGANGUES

## A ÚLTIMA CHANCE



**A** O norte do Rio Grande do Sul, o velho tema — índios versus pioneiros — está esquentando perigosamente. Desta vez com a intervenção da Funai. Esta possuía 21 postos no estado, dos quais restam apenas oito, sendo que o Toldo da Guarita, com 23 mil hectares, é habitado por 1.372 índios e por 1.250 colonos. Descendentes diretos do grupo Jê, os índios desta área são chamados caingangues e, segundo os pesquisadores, teriam chegado ao Rio Grande do Sul, desgarrados de São Paulo e do Paraná, há cerca de dois séculos. Entre eles existem alguns remanescentes guaranis. Os habitantes das oito reservas indígenas gaúchas são perto de 4.000 e representam apenas 0,07% da população total do estado. A Funai — que é responsável pela administração desses postos — divide os 23 mil hectares do Toldo da Guarita da maneira mais equitativa possível, segundo declara o coordenador do patrimônio indígena, Milton Ribeiro Rodrigues. Na divisão, 5 mil hectares pertencem aos índios, 4 mil estão arrendados aos colonos e os outros 5 mil ainda são mata virgem. Quanto aos 9.000 restantes, são explorados pela Funai.

SEGUE



**A índia se dedica ao artesanato de palha, mas o jovem caingangue prefere atuar no trator moderno. Sem dispor de água encanada, esta índia apela para o chimarrão.**

Reportagem de Maria Léa Aragon  
Fotos de Wilson Lima

## Os colonos pobres deixam as terras, obedecendo à lei. Os ricos ficam, dispostos a disputar cada hectare aos índios

O sistema adotado para controlar a produção dos índios, que até recentemente viviam da caça ao porco-do-mato, quati e veado, dedicando-se à agricultura apenas em nível de sobrevivência, é, pelo menos, discutível. Do total da safra, 30 ou 40% são entregues aos velhos da tribo que já não têm mais condições de trabalhar. Os outros 60 ou 70% vão para uma cooperativa que, após comercializar a soja, o trigo, o milho e o feijão cultivados pelos índios, entrega o dinheiro à Funai. Esta o redistribui entre os índios. Os colonos começaram a plantar nessas terras há cerca de 30 anos, quando a reserva ainda era administrada pelo governo estadual. Arnaldo Webber, por exemplo, já está estabelecido nesta região há 25 anos e planta, atualmente, 10 lavouras, distribuídas entre soja, trigo, milho e feijão. Ele e outros em situação parecida não querem deixar suas terras, dizendo não terem para onde ir. Não pretendem recomençar a vida na Amazônia, onde estão certos de que não se adaptariam. Além disso, sabem que as terras das reservas são de boa qualidade: os índios nunca se instalam em terras más ou inférteis.

A Lei n.º 6.001, de 19 de dezembro de 1973, no seu artigo 62, parágrafo 1.º, é clara: "Ficam declarados a nulidade e a extinção dos efeitos judiciais de atos de qualquer natureza que tenham por objeto o domínio, posse ou ocupação de terras habitadas por índios ou comunidade indígena." A aplicação dessa lei foi prorrogada até 31 de julho de 75, para atender à alegação dos colonos junto ao governo. Estes argumentavam precisar de tempo para organizar a retirada. Alguns dos colonos que se retiraram na data marcada tornaram-se desocupados e até mendigos. Mas os grandes produtores — ou os



**Este menino índio** descende dos Guaranis. À direita, dois colonos que perderam as terras e não sabem aonde ir.



que ainda confiam na força destes — ficaram e continuam lutando com os índios pela posse das terras. Ao mesmo tempo, pressionam o governo para que seja estudada a possibilidade de sua permanência definitiva. Essas pesquisas seriam efetuadas pelo INCRA e pela Funai. Desta vez, os índios reagiram com decisão, largando seus animais nas lavouras dos colonos, na madrugada do dia 1 de agosto último. Eles estão dispostos a lutar por essa sua última oportunidade concreta de sobrevivência. Querem recuperar suas terras e seus valores culturais dizimados. Suas propriedades também não são, do ponto de vista pecuniário, nada desprezíveis. Nas regiões mais férteis da reserva, o hectare chega a valer oito mil cruzeiros. Os Caingangues, numa demonstração clara de que estão dispostos a usar as mais variadas táticas de resistência, fizeram uma greve de fome no dia 15 de agosto. Ficaram de vigília, sem comer, 48 horas,

em volta de uma panela. Por sua vez, os colonos, para reforçar suas prerrogativas, estão fazendo os tratores — numa média de quatro ou cinco unidades — trabalharem 24 horas por dia em suas lavouras. Assim, se forem realmente despejados, poderão exigir uma indenização considerável.

NESSA luta — espécie de conquista do Oeste à brasileira — tanto índios como colonos acusam a Funai pelos desentendimentos. Um padre católico que visitou a região chegou a declarar, na Câmara, em Brasília, que a Funai estava brincando de retirar os intrusos das terras dos índios. Algumas destas acusações não têm fundamento, segundo declara o coordenador Milton Ribeiro Rodrigues. Ele rebate a acusação de que a Funai está acabando com a reserva florestal da região através da exploração predatória. Garante que o índio é que depreda a floresta.

**Na reserva de Guarita, os índios se mostram unidos em torno do seu cacique Sebastião Alfaiate (no centro, de chapéu)**



Para plantar um hectare de qualquer cultura, devasta quatro ou cinco, utilizando a tradicional **queimada**. Em Guarita, existe um projeto de construção de 300 casas para os índios. No entanto, apenas 40 delas foram construídas até agora. E estas já estão desabitadas; e índios não renunciam, facilmente, à sua condição de nômades. Entre outras queixas, os índios alegam a total falta de assistência médica em que vivem. Somente em casos extremos são atendidos em hospitais. Ainda apelam para suas ervas e raízes tradicionais. Apenas sete dos 1.372 índios que vivem em Guarita recebem assistência do INPS — e isso mesmo por serem funcionários da Funai. Na região, predomina a religião luterana, pregada na Missão. Esta também treina os chamados **monitores bilíngües**. Esses monitores são índios, instruídos para catequizar seus companheiros. Recebem o salário de 1.200 cruzeiros por mês o que, segundo o enfermeiro Santo Kley Claudino e o serralheiro Camargo Jacinto — também índios —, é a causa de sua passividade em relação à causa dos indígenas. Numerosos índios caingangues resistem à influência civilizatória que consideram fatal à sua cultura, saúde e valores em geral. Estes índios mais radicais não aceitam viver em reservas. Moram em plena mata virgem, defendendo seus costumes e tradições. Ainda alimentam a esperança de viver como há trinta anos atrás — quando eram senhores de suas próprias terras.